

Aula 4

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REPENSAR O MUNDO NO CONTEXTO DE UM NOVO PARADIGMA

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Despertar no aluno a compreensão das questões da sustentabilidade associadas ao meio ambiente,
Compreender os conceitos mais importantes das relações ambientais

OBJETIVOS

EDespertar no aluno a compreensão das questões da sustentabilidade associadas ao meio ambiente,
Compreender os conceitos mais importantes das relações ambientais

PRÉ-REQUISITO

Aula 03.

INTRODUÇÃO

Muitas sociedades humanas, que se tornaram hegemônicas em diferentes épocas históricas, buscaram acumular riquezas para sustentar as necessidades e desejos humanos. Esse acúmulo de riquezas se processou a partir da utilização dos recursos ambientais que possuísem valoração para a sociedade que estivesse no poder.

O homem nem sempre se preocupou com questões que estivessem ligadas à natureza. Na Idade Média o rompimento com o mito o libertou da submissão à divindade. No Iluminismo foi resgatada a sua essência de “deus” na visão antropocêntrica, usando e abusando dos recursos naturais. Ao tornar-se “deus” de todas as coisas o homem perde a capacidade de sonhar, de sentir, de observar. E, aos poucos este poder o transforma num ser insensível e destruidor, incapaz de se inserir no contexto ambiental, vendo-o apenas como meio passível de exploração e transformação. A natureza, que no início era vista como “fonte de vida”, se transformou em “fonte de lucro”, com o único objetivo de acumular riquezas.

O processo de mudança que levou ao que hoje se chama modernidade teve início no Ocidente, nos séculos XV e XVI com a Renascença. O contato com a cultura Muçulmana trouxe para o Ocidente diversos conceitos científicos, além de estimular o gosto pela investigação intelectual e pela criatividade artística. Essa tendência prolonga-se praticamente até o século XVIII quando ocorre uma mudança expressiva na maneira de pensar e na concepção dos problemas e do mundo em geral. Essa nova filosofia deixou o homem do século XVIII, de certa forma, maravilhado com outras possibilidades, passando a achar que a ciência resolveria todos os seus problemas (MAIA, 2000).

A crença na bondade de Deus, o repúdio à Igreja como Instituição e ao clero em geral, contribuiu para a formação da consciência de direitos e de cidadania, ilustração do Iluminismo, que deu origem ao Liberalismo. Esse movimento prosseguiu até o século XIX, com o surgimento da Revolução Industrial.

A superficialidade estabelecida nas relações entre os homens e a natureza gerou a crise do paradigma tradicional, na atualidade. Isso induziu a busca de um novo paradigma que permitisse, ao homem, encontrar o norteamento no sentido da reflexão sobre o que se quer fazer com o espaço habitat da humanidade.

AS SUSTENTABILIDADES PLANETÁRIAS

Os debates e discussões recaem no campo de relações estabelecidas entre estilos de desenvolvimento e qualidade dos sistemas naturais. Daí surgiu a definição de sustentabilidade como “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”. Ou seja, desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, LOUREIRO et al. (2005) atribuem ao conceito de desenvolvimento sustentável uma mera tentativa de ajustar as sociedades ao modo de reprodução social capitalista, induzindo a humanidade à crise ecológica global.

Consideram, tal como BARBIERI (2002), também o Desenvolvimento Sustentável (DS) como uma evolução do conceito de ecodesenvolvimento de SACHS (1993). VIOLA e LEIS (1995) afirmam que o conceito de DS ocupou posição central dentro do ambientalismo, especialmente, após a publicação do Relatório Brundtland.

A acolhida favorável do conceito de DS do Relatório Brundtland deu um reconhecimento público que o ecodesenvolvimento não conseguiu obter. No entanto, essa rápida aceitação do conceito por diferentes perfis, tais como, economistas, acadêmicos, ambientalistas, políticos, etc. deu um caráter polissêmico ao conceito. Esse conceito de DS terminou por trazer alguns dilemas. Talvez o mais importante deles seja o fato de se transformar em alternativa do desenvolvimento dominante e o risco de contradizer os pressupostos ideológicos de setores de sua base político-social.

GUIMARÃES (1997) entende que o DS teria que derivar de dinâmicas do próprio sistema social e jamais fundadas em mágicas tecnológicas externas. Esse tema tem estimulado recentemente muitos autores brasileiros a reflexão em vários campos de aplicação do conceito de sustentabilidade (p. ex.: LIMA (1997) nas ciências sociais; LAYRARGUES (1998) no seio empresarial; JACOBI (2001) no planejamento de cidades; SANTOS (2004) na seara turística; DELUIZ & NOVICKI (2006) numa proposta de capacitação crítica).

Segundo PINTO SANTOS (2001) quando se trabalha a sustentabilidade, um dos grandes desafios enfrentados é o de se entender e pensar o desenvolvimento nas dimensões global, nacional, regional e local. Assim, os conceitos utilizados para definir o desenvolvimento sustentável e seus princípios se encontram embasados na formulação de SACHS (1993) que conceitua sustentabilidade a partir das seguintes dimensões:

- “a) Sustentabilidade social – baseado nos princípios de uma justa distribuição de renda e bens, direitos iguais à dignidade humana e solidariedade social.
- b) **Sustentabilidade cultural** – deve-se basear no respeito ao local, regional e nacional em contraponto à padronização imposta pela globalização. Podendo se dar a partir do respeito aos diferentes modos de vida.
- c) **Sustentabilidade ecológica** – baseado no princípio da solidariedade com o planeta e seus recursos e com a biosfera do seu entorno.
- d) **Sustentabilidade ambiental** – baseado no respeito e no realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- e) **Sustentabilidade territorial** – baseado na superação das disparidades inter-regionais, a busca de estratégias para o desenvolvimento ambiental seguro nas áreas ecologicamente frágeis, eliminar a inclinação dos investimentos públicos nas áreas urbanas em detrimento do rural e a melhoria do ambiente urbano.
- f) **Sustentabilidade econômica** – deve estar ancorada na avaliação da sustentabilidade do social analisada no seu contexto organizativo da vida material.
- g) **Sustentabilidade política (nacional)** – baseado na democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores. Nível razoável de coesão social.
- h) **Sustentabilidade política (internacional)** – baseado na “eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, um pacote de Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco).

Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade.”

Os documentos que serviram de subsídios para a elaboração da Agenda 21 se encontram respaldados nos princípios de SACHS (op. cit.) e salientam que essas dimensões devem ser pensadas como sistemas articulados, cuja integração comporta elementos que se antagonizam ou concorrem entre si, o que torna a construção social do desenvolvimento sustentável um processo de gestão de conflitos sociais pluridimensionais. (BURSZTYN, 2000).

Na década de 80, vinte e um países membros da ONU formaram uma comissão presidida pela senhora Gro Harlem Brundtland que pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta. Esse estudo ficou conhecido como Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum.

Segundo HERCULANO (apud BRITO, 2002) no referido relatório surge à sistematização de certo conceito de desenvolvimento sustentável que é defendido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atender às suas.

MEDINA (1996) complementa essa definição acrescentando que a satisfação das necessidades do Norte devem ser alcançadas de modo a não comprometer os níveis de sustentabilidade atuais e futuras do Sul. SACHS (1993) inclui nessa análise os países do Leste e da América Latina que hoje têm problemas ambientais que se assemelham aos do Sul. Desse modo, o desenvolvimento sustentável envolve mudanças de pensamento e comportamento, constituindo uma preocupação com a espécie humana, colocando o indivíduo enquanto sujeito/objeto, na construção de uma sociedade sustentável.

Esse entendimento recai na garantia da viabilização de que os recursos sejam preservados e/ou utilizados de forma racional, sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas. Para tanto, os princípios para o desenvolvimento sustentável, a priori, devem envolver três dimensões: dimensão ecológica, social/ética e política (SACHS, 1993).

O maior desafio encontrado para se alcançar a sustentabilidade é a ruptura com o paradigma dominante. Porém, nada ou quase nada está sendo debatido sobre esse assunto tanto na formação regular de licenciados que atuarão no primeiro e segundo-graus, isto é, na prática da EA formal. GUIMARÃES & TOMAZELLO (2004) fizeram um extenso estudo da questão da sustentabilidade na formação de professores de Biologia no estado de São Paulo. Concluíram que a sustentabilidade planetárias praticamente não é abordada na formação desses licenciados, dificultando, assim a tão necessária mudança paradigmática.

A EA pode contribuir para o equilíbrio entre o Homem e a Natureza, na medida em que se construa uma ética ambiental que assegure uma educação sistematizada, vinculada ao contexto cultural da comunidade, considerando os aspectos políticos econômicos, sócio-culturais, científicos, tecnológicos e éticos. Esse tema será esmiuçado na próxima seção ao tratarmos da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.



A EA E A SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Poucos autores logo depois da construção da Carta da Terra (Tratado da Educação Ambiental para As Sociedades Sustentáveis-TEASS) se preocuparam em substituir o DS pelas SS. Um destes foi DIEGUES (1996) que sustentou que o conceito de SS era mais adequado que o de DS. Isso ocorria porque nas SS era possível se definir padrões de produção e consumo e o seu bem-estar derivado de sua cultura, de seu crescimento histórico e do seu ambiente natural. Também o conceito de SS subtende que existem várias sociedades com diversidades próprias e não o alardeado conceito padronizado de sociedades industrializadas.

O conceito de SS está sendo construído, tanto no seio do ambientalismo como no da EA. Um novo paradigma deve propor, assim, uma redefinição de sociedade onde a mesma seja mais justa, sem tantas distinções. Neste caso a educação é essencial à medida que contribuir para a formação de cidadãos críticos conscientes do seu papel de agente transformador da sociedade, ajudando-os a conservar sua tradição cultural, nutrindo nos mesmos novos valores éticos e estratégias, com o intuito de alcançar a sustentabilidade em sua comunidade local, e ao mesmo tempo global. Alguns autores foram selecionados para reflexão.

FERREIRA & VIOLA (1996) e FERREIRA (2004) conceituam SS como a que mantém o estoque de capital natural ou o compensa pelo desenvolvimento do capital tecnológico com uma depleção menor do capital natural, podendo assim haver o desenvolvimento de gerações futuras. O progresso na SS é mensurado pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer) em oposição ao puro consumo material.

Segundo GUIMARÃES & TOMAZELLO (2003) a idéia de SS poderia ser expandida, segundo o PNUMA como a sociedade que vive em harmonia com nove princípios interligados e relacionados resumidamente abaixo:

- a Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
- b Melhorar a qualidade de vida humana;
- c Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra;
- d Minimizar o esgotamento dos recursos não-renováveis;
- e Permanecer no limite da capacidade de suporte do Planeta Terra;
- f Modificar atitudes e práticas pessoais;
- g Permitir que as comunidades cuidem do seu próprio ambiente;
- h Gerar uma estrutura nacional com a integração do desenvolvimento com a conservação;
- i Construir uma aliança global.



Fonte: mundodastribos.org.br

O termo SS aparece citado nos princípios da Carta da Terra, construída pela sociedade civil durante as atividades da Rio-92 na Jornada Internacional de Educação Ambiental. Essa declaração é um dos referenciais teóricos mais importantes da EA e junto com os pressupostos pedagógicos da declaração de Tbilisi (DIAS, 2001) apresentam pressupostos pedagógicos fundamentais para a prática da EA.

CARVALHO (2002) mostra os princípios da **Carta da Terra**, sendo um deles o que recomenda que a EA deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas para sociedades sustentáveis. LAYRARGUES (2006) afirma

Ver glossário no final da Aula

que as propostas do governo federal brasileiro se fundamentam nos pressupostos pedagógicos da Carta da Terra e que eles são mais importantes que os da Agenda 21.

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) foi construído, ensejando a sociedade brasileira a participar de sua construção. Mais de 800 educadores ambientais participaram de sua formulação, tendo como base conceitual a EASS (BRASIL, 2005) tanto é que a missão do programa é: a EA contribuindo para a construção de SS com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil.

Ao longo do tempo vários autores fizeram menção a esse referencial político-pedagógico, tanto nas suas práticas como nos seus escritos, porém sem a intenção de definir como seria construída sua base conceitual e metodológica. Certamente, mais contribuições virão se somar ao trabalho de MEIRA & SATO (2005) que se tornou um marco para a conceituação da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (EASS).

SAUVÉ (1999) mostra que a EASS proporciona um marco integrador mais apropriado que o EDS para a EA. Isso se deveria a construção de um projeto educativo compreensivo, visando o ecodesenvolvimento. Esse significa um desenvolvimento social integral endógeno à natureza e também baseado na participação responsável de todos os membros do tecido social.

SILVA (1989) em seu trabalho sobre o efeito da flexibilidade na EA conclui que para a construção de sociedades sustentáveis será necessário que se promovam a cidadania ambiental, abrangendo diversos planos e dimensões da realidade. Sabendo que vivemos numa sociedade de risco derivada da modernidade pode-se abrir possibilidades pedagógicas, entendo que o homem pode optar por comportamentos, atitudes e ações políticas generalizadas dirigidas a um projeto de sociedade baseado na eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social.

Entende que o alargamento da subjetividade, vindo como consequência da aceleração da globalização propicia uma reflexão e expansão de uma consciência crítica do homem sobre os problemas atuais.

LEFF (1999) também reforça os argumentos aqui apresentados, pois afirma que a EA é estratégica na condução do processo de transição paradigmática para uma sociedade sustentável.

TREVISOL (2004) considera também que a EA é um elemento estratégico na condução do processo de transição para uma SS, pois supera apenas a preservação ambiental. Aponta que a Agenda 21 sustentada só poderia existir com desenvolvimento sustentável se houvesse uma sociedade sustentável dando-lhe base. E, reforça sua argumentação de que para haver sustentabilidade há de existir um equilíbrio dinâmico entre as demandas

humanas e a capacidade da natureza em satisfazê-las. Na visão desse autor o DS depende de uma SS o que vincula um a outro. No entanto já foi explicitado na seção anterior que esses conceitos não se imbricam ao juízo dos autores.

MEIRA & SATO (2005) evidenciam a EASS em oposição a EDS de algumas características importantes que são o diferencial desta proposta de um novo paradigma ou marco conceitual metodológico para a EA contemporânea. São eles:

- a) discurso fundado e emergente dos movimentos sociais organizados e redes de organização social (em oposição aos credores internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e UNESCO);
- b) protagonismo através de comunidades participativas dialogicamente abertas (em oposição a empresas, tomadores de decisão e formadores de opinião);
- c) definição contextual, autônoma e política (em oposição a uma visão generalista, globalizante e indefinida);
- d) ênfase na justiça ambiental, inclusão social e democracia (em oposição à visão economicista, societária e ambiental);
- e) indicadores de qualidade de vida de abordagem qualitativa que seria a Linha de Dignidade (cf. PACHECO, 2004) em oposição a Linha de Pobreza e o Índice de Desenvolvimento Humano;
- f) o problema central a ser combatido seria a exclusão social e os impactos ambientais negativos (em oposição ao combate do crescimento demográfico);
- g) propostas de políticas públicas, mercado regulado e democracia real (em oposição a tecnologias limpas, livre mercado e democracia formal);
- h) conhecimento baseado em múltiplos saberes em oposição ao técnico e científico;
- i) “EA permanente em oposição a EDS, apenas, por dez anos.”.

MADUREIRA & TAGLIANI (1997) fizeram uma análise da EA não formal conduzida em unidades de conservação federais costeiras no Brasil. Utilizaram o TEASS como referencial teórico-metodológico para esse estudo. Concluíram que os princípios do TEASS eram aplicados apenas parcialmente nas sete unidades estudadas, devendo-se isso a fatores conjunturais, institucionais, educativos e filosóficos. Por um lado devido ao desmonte do patrimônio público brasileiro devido ao endividamento externo do Brasil e ao excessivo caráter preservacionista da EA, excluindo a busca de soluções alternativas para as comunidades influenciadas pelas unidades de conservação. Entendemos que essas questões permanecem até hoje em dia.

Complicando essa reflexão, RUSCHEINSKY (2004) apresenta a ecopedagogia como uma possibilidade de um novo paradigma educacional que compreenderia a complexidade de um equacionamento de alternativas na perspectiva ambiental com um desenvolvimento social que se inseriria na SS. Reforça a opinião de GADOTTI (2000) de que a EA é pressuposto da ecopedagogia. Essa visão diminui o valor independente da EA, submetendo-a, ao nosso juízo, a apenas uma etapa e não todo um processo educacional.



Preocupante, ainda, é o que nos alerta LAYRARGUES (1999) a partir de resultados de sua pesquisa, entrevistando empresários ditos “verdes” no Estado do Rio de Janeiro. Na realidade o setor empresarial se apropriou da adjetivação de “verde” devido à consciência econômica e não a sua conscientização ecológica. Mas, conseguiram conquistar espaço no movimento ambientalista, provendo-se do direito de solicitar legitimidade discursiva para a formulação de caminhos a serem trilhados para a humanidade construir uma sociedade sustentável.

Recentemente, a DEA/MMA em BRASIL (2005) apresentou um programa muito interessante que é um grande esforço para a construção da EASS. Trata-se do Programa Municípios Educadores Sustentáveis. São conceituados como espaços com capacidade de apresentar alternativas viáveis para a sustentabilidade, estimulando pessoas a realizarem ações coletivas para a sua comunidade e reconhecendo também a necessidade de se educarem. Cremos que tendo o município como base para a construção da EASS o Brasil tem grandes chances de realizar o sonho dos educadores ambientais que formularam o TEASS, caso haja perfeita integração entre o governo federal e o municipal.

CONCLUSÃO

Assim, a EASS ainda está por ser construída nos seus diferentes patamares espaciais, demandando ampla convocação e participação dos diferentes setores da sociedade. O maior desafio encontrado para se alcançar a sustentabilidade é a ruptura com o paradigma dominante que ainda é a EDS. A EASS pode contribuir para o equilíbrio entre o Homem e a Natureza, na medida em que se construa uma ética ambiental que assegure uma educação sistematizada, vinculada ao contexto cultural da comunidade, considerando, pelo menos, os aspectos políticos econômicos, socioculturais, científicos, tecnológicos e éticos.



RESUMO

É possível que a educação ambiental e a sociedade sustentável a partir das sustentabilidades apresentadas possam ser as novas formas de gestão em que é necessário, além da sensibilidade despertada em todos os partícipes da sociedade, formas de uma condução correta para o desenvolvimento em meio ao mundo capitalista e a todos os desafios no crescimento mundial.



ATIVIDADE

Aponte na sua realidade, de que forma as sustentabilidades apresentadas na aula podem ser inseridas de forma prática e eficiente em uma questão em que as relações ambientais são conflituosas.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Entendendo que as sustentabilidades social, cultural, ecológica, econômica, ambiental, territorial, política (nacional e internacional) fazem parte de uma nova formação social, a sociedade sustentável, é importante frisar que os preceitos de sustentabilidade são inseridos de forma eficiente nestas relações, que não ficam apenas no discurso teórico, mas são levados a prática.



Como você poderia descrever o que é ser um indivíduo em uma nova sociedade, a sociedade sustentável?

REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, Claudio. Brasil elabora plano para salvar Rio+10. **Folha de S. Paulo**. Folha Ciência, São Paulo, 22 mar. 2002. p.16.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Decreto-lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1999.
- BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2001.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982. AMBIENTE & EDUCAÇÃO | vol. 15(2) | 2010 131
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um embate?** 3ª ed. Campinas: Papirus, 2005.
- _____. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. S. de. (Org). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.
- HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Políticas públicas e educação**. Campinas: Cadernos. CEDES, 2002.
- LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILLIP JÚNIOR, A. et al (ed.) **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Sigmus, 2000, p.19-51.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002a.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002b.
- LEITE, Marcelo. Sobre terra para a agropecuária no Brasil. **Folha de S. Paulo. Especial Meio Ambiente**, São Paulo, 5 jun. 2009. p.3.

- LIMA, K. R. de S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Jéssica Nascimento Rodrigues e Mauro Guimarães 30
- L. M. W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.
- LIMA, G. F. C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 109-141.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. S. de. (Org.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.
- MELO, A. A. S. de. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In:
- NEVES, L. M. W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita.** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.
- MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** 5. ed. Brasília: Cortez, 2002b.
- NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil hoje.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SILVA, F. A. L. da. **A formação do(a) educador(a) ambiental nos programas de pós-graduação lato sensu das instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- SANTOS, Boaventura Souza dos. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOUZA, J. dos S. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90.** Campinas: Autores Associados, 2002.

GLÓSSARIO

Carta da Terra: Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global